



## Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis – SC 151ª Sessão Ordinária | 24 de abril de 2018

1 No vigésimo quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, realizou-se a centésima  
2 quinquagésima primeira Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, em caráter  
3 extraordinário, no Auditório do Centro de Saúde da Trindade, sito na **Rua Odilon Fernandes com a**  
4 **Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, ao lado do TITRI**, Florianópolis / SC. Florianópolis / SC. Presentes:  
5 **PRESIDENTE** CARLOS ALBERTO JUSTO. Entidades Populares: 1. **CCT** - CONSELHO COMUNITÁRIO DA  
6 TAPERA: CONSELHEIRO **TITULAR** EDSON ESTANISLAU K. SOUZA. 2. **CCPAN** - CENTRO COMUNITÁRIO  
7 PANTANAL: CONSELHEIRA **TITULAR** CARMEM SOUTO; **CONSELHEIRA SUPLENTE** ALBERTINA DA SILVA  
8 DE SOUZA. **TITULAR** 3. **FCM** - **FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MULHERES**: CONSELHEIRA **TITULAR**  
9 JANAÍNA DEITOS. 4. **CONFIA** – CONSELHO COMUNITÁRIO DOS LOTEAMENTOS JARDIM ANCHIETA:  
10 CONSELHEIRO **TITULAR** APARECIDA ELI COELHO; **CONSELHEIRA SUPLENTE** WANDERLEY VARGAS. 5.  
11 **INSTITUTO ARCO IRIS** CONSELHEIRA **TITULAR** IRMA MANUELA MARTINS. 6. **PASTORAL DA PESSOA**  
12 **IDOSA**: CONSELHEIRA **TITULAR** LEONILDA GONÇALVES. 7. **UFECO** - UNIÃO FLORIANÓPOLITANA DE  
13 ENTIDADES COMUNITÁRIAS: CONSELHEIRO **TITULAR** MARCOS CESAR PINAR; CONSELHEIRO  
14 **SUPLENTE** DARCY EVANGELISTA ZAMORA. Entidades Sindicais das Associações Patronais: 8.  
15 **SINDCARGAS**- SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA DE FLORIANÓPOLIS:  
16 CONSELHEIRA **TITULAR** VALDETE CARDOSO LOBO. Entidades Sindicais e Associações de Profissionais  
17 de Saúde: 9. **SIMESC** – SINDICATO DOS MÉDICOS DE SANTA CATARINA: CONSELHEIRA **SUPLENTE**  
18 VANESSA DE SOUZA. 10. **SINDFAR**: CONSELHEIRA **SUPLENTE** FERNANDA MANZINI. Entidades  
19 sindicais e associações de trabalhadores em saúde no serviço público. 11. **SINDSAÚDE/SC** –  
20 **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS**: CONSELHEIRO **TITULAR**:  
21 WALLACE FERNANDO CORDEIRO. 12. **SINDPREVS**: CONSELHEIRO **TITULAR** JOÃO PAULO SILVANO  
22 SILVESTRE. Prestadores de Serviços: Governo Municipal: 13. **SECRETARIA MUNICIPAL DE**  
23 **EDUCAÇÃO**: CONSELHEIRA **TITULAR** GIORGIA WIGGERS. 14. **SMS** - SECRETARIA MUNICIPAL DE  
24 SAÚDE: CONSELHEIRA **TITULAR** EDENICE REIS DA SILVEIRA 15. **SEMAS** – **Secretaria Municipal de**  
25 **Assistência Social** CONSELHEIRA **TITULAR** KAREM VIERIA CHEREM. 16. SECRETARIA MUNICIPAL DE  
26 INFRA-ESTRUTURA CONSELHEIRO **TITULAR** JOÃO HENRIQUE QUISSAK PEREIRA 17. Representante da  
27 Universidade Federal de Santa Catarina – **UFSC** – CONSELHEIRO **TITULAR** DOUGLAS FRANCISCO  
28 KOWALESKI. Ausentes: Entidades sindicais e associações de trabalhadores. 1. **ASAPREV**-  
29 ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GRANDE  
30 FLORIANÓPOLIS; 2. **SINTRAFESC**- SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
31 DE SANTA CATARINA; 3. **OAB**- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. 4. **AFABB**. ASSOCIAÇÃO DOS  
32 FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BANCO DO BRASIL. Entidades não  
33 governamentais que atuam com portadores de Patologias Crônicas: 5. **AMUCC** - ASSOCIAÇÃO  
34 BRASILEIRA DE PORTADORES DE CÂNCER. Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de  
35 Saúde. 6. **CRO/SC** – Conselho Regional dos Farmacêuticos no Estado de SC. Prestadores de serviço.  
36 7. **AHESC**. ASSOCIAÇÃO DE HOSPITAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA CLÍNICA E ANATOMO-  
37 CITOPATOLOGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 8. **SINDILAB** – SINDICATO DOS LABORATÓRIOS DE  
38 ANÁLISES CLÍNICAS, PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMO-CITOPATOLOGIA DO ESTADO DE SANTA  
39 CATARINA. Governo Estadual: 9. **SES**- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA.  
40 Ausências Justificadas: 1) FRANCISCO TEIXEIRA NOBRE DA AFABB. Outros participantes: 1. GERUSA  
41 MACHADO - SECRETÁRIA EXECUTIVA CMS; 2. MAURI ANTONIO DA SILVA – ESTAGIÁRIO DE SERVIÇO  
42 SOCIAL DO CMS; 3. MAYARA TIOQUETTI - ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL DO CMS; 4. ANILTON  
43 BARDANÇA – COORDENADOR DO CLS CAMPECHE; 5. LETICIA MACHADO BERRETA – ESTUDANTE DA  
44 UFSC; 6. THIAGO NEVES SANTA ROSA DA SILVA – ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA PMF; 7. CARLOS

45 HENRIQUE MARTINEZ VAZ – RESIDÊNCIA MÉDICA PMF; **8.** LISIA BARTH – CLS CACHOEIRA DO BOM  
46 JESUS; **9.** KARIN GIOVANELLA – COORDENADORA DO CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DO PIRAJUBAÉ;  
47 **10.** LARISSA BARAÇAL BORDON – RESIDENCIA MULTIPROFISSIONAL – PMF; **11.** ELBA MARINA  
48 MIOTTO MUJICA – FARMACÊUTICA UFSC; **12.** SOPHIA PORTELA REBOREDO TODESCO – PSICOLOGIA  
49 UNISUL; **13.** KAMILA RESTELATO – FARMACÊUTICA RESIDENTE. **13.** AMANDA SANTOS CABRAL –  
50 RESIDÊNCIA (ESP). **14.** EDUARDA COELHO – GERÊNCIA ATENDIMENTO ESPECIALIZADA – SMS. **15.**  
51 LEONARDO VENTURA – DIRGBEN – SMS; **16.** CARLA SANTOS; **17.** LUCIANO ELIAS – SMS; **18.** DANIELA  
52 SALOMÉ DE ANDRADE – ENFERMEIRA DA SMS; **19.** CELSO GUIMARÃES GRANADA. SMS; **20.**  
53 ESTAGIÁRIA GISLAYNE DE JESUS DO CMS. A pauta da reunião 151 do pleno do conselho foi a  
54 seguinte: **1. Aprovação das atas 148, 149 e 150. 2. Debate acerca do projeto de Lei nº 17484/18 que**  
55 **institui o programa de creches/ saúde de Florianópolis.** O presidente do conselho dá início a sessão  
56 às 14h, e passa a palavra a Gerusa, que por sua vez dá boas vindas a Fernanda que é representante  
57 suplente do Sindicato dos Farmacêuticos que está presente depois de um ano, e a nova conselheira  
58 representante da Assistência Social, Luciana Bastos. **1.** A Secretária Executiva Gerusa afirma que não  
59 foi possível enviar as atas para aprovação devido a problemas técnicos, também por causa da greve,  
60 sendo assim informa que a aprovação ficará para próxima reunião. **2.** Dá-se início as inscrições com a  
61 fala da **FERNANDA** que relembra seu período de titular da representação do **sindicato dos**  
62 **farmacêuticos (Sindfar)** em 2016, onde foi organizado um encontro com os candidatos à prefeitura  
63 de Florianópolis. Afirma que sua fala irá de encontro com aquele momento, que foi um grande  
64 acontecimento que ocorreu na UFSC, onde o Conselho elaborou uma Carta de Compromissos com o  
65 SUS, e então todos os candidatos assinaram a carta, na época o atual prefeito foi representado pelo  
66 seu vice João Batista, sendo a carta assinada por ele. Naquela oportunidade Fernanda disse que a  
67 carta seria usada ao longo dos anos da gestão que fosse eleita, independente da gestão, que não  
68 estávamos ali expressando nossos apoios políticos e pessoais, a nossa luta é pelo SUS. Em seguida leu  
69 a carta compromisso dos candidatos Gean e João Batista, que defendia propostas dos conselheiros  
70 feitas através do Controle Social, entre as quais não constava as UPAS serem transferidas para OSs  
71 (Documento em anexo). Nesta Carta consta que, as propostas aprovadas na 9º Conferência  
72 Municipal de Saúde, realizada em 2015, iram nortear a elaboração das políticas públicas e os  
73 instrumentos de gestão do SUS. Nessa Conferência estiveram presentes mais de 1.400 participantes,  
74 desses mais de 50% de usuários, ao final foi elaborado um relatório, que expressa quais são as  
75 políticas que a população entende como direcionamento no SUS. Entre elas destaca-se a proposta nº  
76 28, que coíbe práticas terceirização/ou privatização do SUS, com Organizações Sociais (OSs),  
77 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundações Privadas e parcerias Público-  
78 Privado. Buscando garantir um SUS público e gerenciado pela Secretária de Saúde, eliminar o  
79 processo de privatização da gestão, de atenção dos serviços estaduais de saúde, investindo em  
80 tecnologias melhores de gestão pública na alocação de recursos humanos, materiais, e logístico.  
81 Termina sua fala reforçando que as diretrizes apresentadas expressão os princípios do SUS, princípios  
82 esses apresentados na 9º Conferência Municipal de Saúde que devem balizar as decisões e o rumo  
83 tomado por esse Conselho, norteador por um compromisso com o Controle Social. Em seguida é  
84 passada a fala para conselheiro **MARCOS PINAR**, que afirma que devido à gravidade do fato, antes da  
85 realização dessa reunião foi feito uma reunião da Bancada Popular com alguns usuários e  
86 profissionais, onde foi escrito uma Carta aberta à população de Florianópolis (Documento em anexo),  
87 em seguida ele lê a carta da Bancada Popular e pede que a mesma seja transformada em carta do  
88 Conselho Municipal de Saúde. Posteriormente a fala é passada para conselheira **JANAINA DEITOS**,  
89 representante da federação Catarinense de Mulheres, que saudou os conselheiros municipais e  
90 locais de saúde que participaram nesse período de aproximadamente 15 dias, na luta contra o  
91 Projeto de Lei das OSs, que tem sido conduzido e capitaneada pelo sindicato dos trabalhadores em  
92 especial servidores. Afirma que nesse processo nosso conselho (Conselho Municipal de Saúde de  
93 Florianópolis) solicitou a Câmara pedido de tribuna, pedido de audiência pública ao presidente da  
94 comissão de saúde, também ao presidente da comissão de saúde que mandasse o projeto de Lei  
95 para ser apreciado pelo conselho, e não foi obtido nenhum dos pedidos realizados. Janaina lembra a  
96 visita ao Secretário da Fazenda com pedido de proposta de chegar aos 19%, na tentativa de diálogo  
97 com o prefeito Gean, e reconhece que essa foi apenas uma das várias tentativas de comunicação que

98 não obtiveram sucesso. Diz ainda que o secretário deveria ter chamado à mesa diretora, ou qualquer  
99 um nos conselheiros, diz que o projeto foi aprovado sem que tiverem sido trazidos os estudos ao  
100 Conselho Municipal de Saúde. Lembra a todos que o Gean nunca disse nada sobre as OSs na sua  
101 campanha, e tem a obrigação de ouvir a sociedade mesmo aquela parte que é sua oposição. Mesmo  
102 com a sugestão desse Conselho, do ministério Público Ministério Estadual, e Procurador da Câmara,  
103 de retirada desse projeto, ele ainda foi mantido. Alega que no sábado (dia da aprovação das OSs) os  
104 participantes do ato foram tratados pela polícia com violência, ao final do ato a polícia passou  
105 revistando os manifestantes. E afirma ainda que esse tipo de atitude não vai de encontro com o  
106 compromisso com a saúde, ao debate, com a equipe da secretaria de saúde, e com os profissionais  
107 que estão nas unidades. E ainda relata que a propaganda feita sobre as OSs ameaça a população ao  
108 dizer que, se não for implantada as OSs não haverá saúde e educação, desconsiderando nossas leis  
109 de garantia desses. Ao fim Janaina propõe a aprovação de uma resolução contra esse projeto de lei,  
110 pela imediata revogação por que ele é ilegal, pois não passou pelo Conselho Municipal de  
111 Florianópolis, e procurar o Ministério Público Estadual para entrarmos com uma Ação Judicial, para  
112 questionarmos a tramitação na Câmara, e o caráter ilegal da lei por não ter passado pelo controle  
113 social. Em seguida **WALLACE** afirma que enquanto no Rio de Janeiro as OSs estão sendo expulsa pela  
114 comprovação de sua má administração, Florianópolis da um “passo para trás” e as aprova. Diz que  
115 em Bagaçu os trabalhadores da saúde municipal estão sem receber seus salários, mesmo com que o  
116 dinheiro tenha sido repassado para a empresa que os contratou (SEV). Criticou os R\$ 10.000.000,00  
117 de reais feito de propaganda, afirmando que a metade desse valor resolveria os problemas de saúde  
118 do município. Diz também que a COAF não possui livre expressão, com perigo de retirada para quem  
119 fizer críticas. Denuncia as más condições da sua comunidade, que não possui nem papel, nem  
120 telefone, entre outros, além da formação de filas devidos falta de materiais e profissionais. Em  
121 seguida a conselheira **VANESSA** lê a carta do corpo clínico da Prefeitura Municipal de Florianópolis,  
122 intitulada *Carta aberta à população*, aderindo à greve e se manifestando contra as OSs, entendendo  
123 que o PL tem problemas desde a sua concepção, numa narrativa simplória para o enfrentamento dos  
124 problemas que estamos enfrentando. Ressalta entendimento de que pode haver piora dos serviços e  
125 desvio de recursos públicos e que não houve diálogo com os servidores, a população e os órgãos do  
126 controle social (Doc. anexo). É passada a palavra ao conselheiro **JOÃO PAULO**, diz que debateu os  
127 impactos da OSs na saúde pública em Florianópolis. Endossando a carta da Bancada Popular, diz que  
128 estão em luto, porque a maioria do Conselho Municipal de Saúde estava na rua com as mobilizações  
129 do Sindicato dos Municipários. Muitos conselheiros apanharam da polícia, levaram bomba de gás  
130 lacrimogêneo dentro da Câmara Municipal de vereadores. Não houve debate nenhum com a  
131 população e os conselhos, o projeto não tem nada de bom para a população, senão não se teria  
132 fugido do debate com as representações do conselho social para deliberarem sobre a execução das  
133 políticas públicas. Solicita ao secretário Paraná explicações de porque na última plenária foi  
134 questionado sobre as OSs e o secretário Paraná disse que quando tivesse estudos seria trazido para o  
135 conselho, que seria o primeiro a ficar sabendo, e deliberaríamos sobre o assunto e assim, depois a  
136 prefeitura encaminharia o assunto. Solicita o posicionamento do Secretário contra o que fizeram na  
137 Câmara Municipal de vereadores, no sábado de Tiradentes, a Inconfidência Mané, e que se não foi a  
138 sua palavra que foi quebrada que o senhor se coloque contra aquilo que foi aprovado no sábado e a  
139 forma como foi aprovada. Posteriormente o **PRESIDENTE** afirma que vamos colocar em votação as  
140 propostas, primeiro a proposta de Carta Aberta do Conselho Municipal de Saúde. Vou falar algumas  
141 palavras. O prefeito Gean Loureiro se comprometeu a abrir vagas em creches e abrir a UPA do  
142 Continente, e foi levado a isso por uma demanda social, e ele proclamou que se fosse eleito se  
143 comprometia a abrir a UPA do continente e as creches. A partir daí o Executivo tomou a decisão de  
144 para atender os anseios de quem tinha votado na gestão dele, ele foi ver os mecanismos possíveis  
145 dentro da lei para fazer isso, entre as quais estava a Organização Social, que não são novidades no  
146 município. A Secretaria Municipal de Saúde tem contrato com o Hospital de Caridade, o Hospital de  
147 Caridade, não deixa de ser uma organização social prevista em lei. A organização social sem fins  
148 lucrativos pode atuar nesses segmentos e o prefeito encaminhou a proposta de regulamentação das  
149 OSs em Florianópolis e o Legislativo encaminhou a votação e foi votada. A proposta foi aprovada com  
150 voto de 16 vereadores. Falo uma questão séria, essas pessoas representam diversos partidos que vão

151 muito além do governo. Qualquer proposta de terceirização obrigatoriamente passará pela  
152 fiscalização desse conselho, referenciado no projeto de lei que aprovou o contrato de gestão. Nós  
153 imaginamos contar com o conselho no acompanhamento dos contratos de gestão, melhorando a  
154 transparência, não há qualquer intuito de esconder nada desse contrato de gestão que está sendo  
155 elaborado, que deve ser fiscalizado, acompanhado. Partindo do pressuposto de que ele vai  
156 superfaturar e sonegar, está no campo das hipóteses, e a realidade é que se tentarem fazer isso o  
157 Conselho, e essa Secretaria, vai fiscalizar de forma adequada. Quanto aos estudos está dentro do  
158 princípio da economicidade, da capacidade de gestão, agilidade dos processos de fornecimentos de  
159 insumo e viabilidade administrativa. Esses elementos são norteadores e nós fizemos levantamento  
160 de custos de nossas unidades, da nossa capacidade instalada, da nossa capacidade de desempenho,  
161 para embasar a discussão dos contratos com as organizações sociais. Esses estudos estão prontos, a  
162 Diretoria de Inteligência tem esses estudos e podemos mandá-los ao conselho. A partir daí é que foi  
163 tomada uma posição do Executivo. Para reforçar o debate são interessantes as intervenções quando  
164 não desliza por questões que não são verdadeiras. Não é verdade que o prefeito mandou bater nos  
165 grevistas, o prefeito foi avisado que estava tendo problemas na Câmara Municipal de Vereadores,  
166 quando eu estava em reunião com ele no seu gabinete. R\$10.000.000 de propaganda não é verdade  
167 porque o previsto em gastos de propaganda no ano de 2018 da prefeitura é de R\$9.000.000,00 então  
168 não pode ter gasto de R\$10.000.000,00 em uma campanha. Queremos discutir em fatos reais e não  
169 em fatos que ouvimos dizer. Eu falhei em não ter chamado o conselho diretor para discutir isso  
170 quando eu soube que ia ser encaminhado ao plenário. Seguramente nas próximas reuniões eu não  
171 vou fazer isso. Faltou traquejo, primeira vez, mas posso fazer isso das próximas vezes. A partir disso  
172 digo que o prefeito na lei que encaminha a Câmara resguarda todos os direitos do Conselho  
173 Municipal de Saúde que está no corpo da lei, não sei se todos já leram a lei. Ali está previsto o  
174 controle social e a presença do Conselho Municipal de Saúde na regulamentação da lei. A Secretaria  
175 de Saúde não abre mão da sua característica pública, do seu processo de gestão público e que  
176 decidiram por dificuldades operacionais o processo de gestão de contrato que por nós será  
177 elaborado com uma organização social sem fins lucrativos. Esse contrato será permanentemente  
178 auditado pelo conselho e encaminhado aos tribunais de conta e aos órgãos de controle do Estado,  
179 um documento público aberto a questionamentos de toda ordem. **CONSELHEIRO VANDERLEY**  
180 pergunta se o secretário tem certeza diante de tudo que foi colocado na reunião, “de acreditar que  
181 no ano que vem... o ano que vem o senhor não sabe, esse prefeito vai ser cassado, o senhor pode  
182 marcar. Eu fiquei tão contente quando o senhor assumiu isso aqui o senhor nem sabe. Eu fico  
183 admirado, eu vou pedir demissão hoje, o senhor com essas palavras de hoje me deixou indignado, eu  
184 não sei o que está acontecendo, o que esse prefeito tem, dessa forma “macumbeira” para iludir  
185 algumas coisas, eu fico pensando meu Deus, um intelectual desses, da Universidade deixar se levar  
186 por uma pessoa dessa eu não acredito. Eu não sou vaca de presépio, eu sou voluntário, o senhor  
187 nem imagina o quanto eu conheço o Gean, ele detonou a maçonaria, ele detonou o Rotary e agora  
188 vai detonar Florianópolis? junto com um intelectual desse aí? eu reconheço o senhor muito e não  
189 consigo acreditar que o senhor acha que é certo passar por cima do conselho”. **PRESIDENTE**  
190 parabeniza os que de forma voluntária participam dos movimentos sociais. Não cabe a eu fazer  
191 avaliação pessoal do Executivo, apenas da finalidade das mesmas, o prefeito tem muito mais  
192 capacidade que eu de entender as questões políticas nessa tomada de decisão. Respeito muito suas  
193 posições. Nesse um ano tenho sentido uma pessoa fortemente comprometida com a cidade.  
194 Respeito cada sentimento de vocês a respeito do problema, mas quero que o meu sentimento seja  
195 respeitado. Essa é a pessoa que lido diariamente, não tenho a oportunidade de ter convivido com ele  
196 outras vezes, e nesse período ele se comportou sempre de forma republicana. O Renê participou de  
197 uma mesa de negociação comigo e o Desembargador, o Dr. Hélio, e eu propus terminar a greve e  
198 debater o projeto nos 45 dias, inclusive no conselho, e o Renê disse que não, que tinha que retirar o  
199 projeto inteiro. Daí o prefeito optou em fazer votação urgente urgentíssima. A minha compreensão é  
200 que o prefeito jamais teve atitude não republicana. Outra coisa é como vai ser OSs no município.  
201 Enquanto eu estiver na gestão toda a transparência necessária e os cuidados para que ela funcione  
202 dentro das diretrizes do SUS serão por mim procurados e com a ajuda de vocês conquistados,  
203 ajudando uma parte da sociedade com a melhoria do acesso. Sou cargo de confiança do Prefeito, a

204 hora em que quebrar essa confiança, não faz sentido eu continuar aqui. Quero a confiança do  
205 conselho, podemos divergir no como, mas não no que queremos. Os princípios de equidade,  
206 universalidade e integralidade não serão abandonados em qualquer contrato de gestão, seja OS ou  
207 não, o que estamos tentando é proteger os interesses do cidadão contra o interesse das  
208 corporações. Ressalta a excelência dos profissionais da saúde e as dificuldades enfrentadas com a  
209 redução das contratações e a redução da cobertura do PSF, em quase 89%, e o compromisso que  
210 tem exigido do prefeito para repor o pessoal da atenção primária e o prefeito alerta que a população  
211 precisa ser atendida, como se faz isso nós podemos divergir no trajeto, mas não na finalidade. O  
212 crescimento se faz entre diferentes e não entre iguais. Gostaria que o senhor ficasse. **PRESIDENTE**  
213 consulta sobre o tempo de discussão porque tem outras pautas. **CONSELHEIRA JANAINA** diz que não  
214 teve reunião da mesa diretora, mas a ideia é de que enquanto não tivermos esclarecimentos sobre o  
215 projeto de lei não há nova pauta. Não há nenhum estudo da Secretaria embasando o projeto de lei.  
216 O secretário diz que existe, mas enquanto o conselho não tiver acesso, não sai dessa pauta. A outra  
217 sugestão é que o RAG pode ser debatido na Câmara Municipal de Vereadores, e assim, não há  
218 nenhum prejuízo para os recursos federais que essa Secretaria recebe. **CONSELHEIRA FERNANDA** diz  
219 que o papel do conselho não é fiscalizar e referendar, é discutir os rumos da política pública, o cerne  
220 do problema é o não diálogo, não adianta colocar agora a OSs e dizer que agora vai ser transparente.  
221 Defende o SUS público, 100% estatal e não a OSs. O SUS é um projeto de Estado e não de governo e  
222 ele tem princípios que tem que ser defendidos, inclusive o controle social, para discutir o rumo da  
223 saúde. O prefeito foi eleito democraticamente, mas não está nas mãos dele decidir tudo sobre a  
224 saúde sem ouvir o conselho a não ser que estivéssemos numa monarquia. Quanto ao RH não é a  
225 questão de que o servidor tira licença, está doente, o que tem hoje em dia é vagas que poderiam ser  
226 repostas e não são. Na minha categoria de farmacêuticos tem farmacêutico que pediu exoneração,  
227 farmacêutico que se aposentou e farmacêutico que foi cedido para trabalhar na ALESC, aí estão os  
228 problemas do RH, é os quadros não repostos. O quadro está diminuindo e aí está o problema do RH.  
229 A UPA continente está sendo discutido há muito tempo e a questão é o Estado que não assume a  
230 média complexidade também. A lei da forma que está escrito deixa aberto para muitas questões,  
231 não está limitada a UPA continente. Não quero acreditar que o controle social tem só esse papel de  
232 fiscalizar e referendar o que a gestão determina. **CONSELHEIRO MARCOS PINAR** diz que “a  
233 Constituição brasileira foi rasgada porque o presidente não convocou o conselho para discutir. O  
234 projeto foi dia 06 de abril para a Câmara e não tivemos nenhum convite para discussão e por lei  
235 deveríamos discutir antes de passar na Câmara. Tivemos uma reunião com o Presidente dia 03 de  
236 abril e não foi comentado nada conosco. O que está acontecendo é um golpe no controle social.  
237 Vamos radicalizar a democracia. Porque não foi discutido aqui? A desculpa do prefeito é de abrir  
238 creche, quais creches vão ser abertas? O Conselho de Educação tem posição igual a nossa, contra as  
239 OSs. O que está apresentado nesse projeto abre contratação por OSs quando faltar servidor. Só  
240 quem defende o prefeito são os Conselhos de Desenvolvimento da ACIC e do CDL. Eu queria saber  
241 por que, queria entender esse processo. A Câmara Municipal de Vereadores é responsável porque  
242 colocou a votação num sábado, porque a cidade estava vazia no sábado, e tinha criança de colo lá, e  
243 foram tratados com bomba. Até agora não tivemos nenhum convite do prefeito para discutir o  
244 projeto. Secretário, queremos deliberar a política com maturidade de saber o que de fato é o  
245 controle social”. **CONSELHEIRO JOÃO PAULO** diz que o Secretário diz que daqui para frente será feito  
246 com transparência, mas nem uma audiência pública que é fácil eles fazem. Que transparência tem  
247 um projeto que não apresenta nenhum tipo de estudo e aprova de forma genérica que qualquer  
248 serviço público pode ser gerido por OSs? Estar desapontado com o Secretário, que por acaso é  
249 presidente do conselho, não é motivo para sair do conselho. Este conselho é instrumento da  
250 população e dos trabalhadores em saúde, e deve ser utilizado para a defesa da saúde pública, como  
251 o Conselho Municipal de Educação se manifestou contra a gestão das creches por OSs. O Secretário  
252 falou que o prefeito tem mais capacidade de articulação, que são funções diferentes. A articulação  
253 do prefeito significa vender nossa cidade para garantir as suas verbas de financiamento de  
254 campanha, assim como os vereadores que estão lá, que reclamaram que estavam sendo cobrados e  
255 sendo ameaçados pela população. O vereador Katumi, colocou a minha foto no plenário, acusando o  
256 Conselho Municipal de Saúde de estar ameaçando ele de morte, porque falei para ele de que a base

257 dele ia cobrar a sua votação e a população do sul da Ilha ia atropelar politicamente ele nas próximas  
258 eleições se ele votasse nas OSs, e ele falou que eu disse que ia atropelar ele de carro. Não tem como  
259 falar de transparência e publicização de algo que começa dessa maneira. O Conselho vai se esforçar  
260 para fiscalizar toda a saúde do município, mas a gestão das OSs, mas não passa pelo Conselho  
261 Municipal de Saúde, não passa pelo controle social, a gestão das OSs. É uma comissão fiscalizadora  
262 indicada pela OSs e da gestão do executivo municipal. Só um indicado dos 8 da comissão. O senhor  
263 disse que foi a última saída para funcionar a saúde e abrir a UPA continente. Como a única saída se  
264 nós estamos discutindo o aumento do orçamento do município. Ano passado foram apenas 16,76%  
265 da conta final quando a meta era 19%. Um déficit de R\$ 25.000.000,00. Foi investido em outra coisa.  
266 Nos três últimos anos houve aumento progressivo da arrecadação do município. O que acontece é  
267 uma diminuição da prioridade da saúde no orçamento municipal. Quanto ao limite prudencial, o  
268 Tribunal de Contas da União diz que as contratações por OSs entram no limite prudencial. É falso  
269 dizer que a contratação por OSs foge da LRF. Quanto ao senhor propor discussão nos conselhos e ao  
270 Sintrase negar eu me nego e vou pedir a ata do Sintrase para entendermos se foi isso mesmo que  
271 aconteceu, porque trazer agora de forma oral que o senhor queria e o Sintrase não queria é no  
272 mínimo contraditório. Temos que encaminhar as resoluções independentemente das posições do  
273 Secretário, e devemos cobrar do Secretário Paraná aquilo que se faz com a gestão da saúde do  
274 município entregue para OSs que é gestão privada. E, o Hospital Caridade não é OSs, se fosse OSs, já  
275 existisse OSs, não precisava de lei para regulamentar, pois já existia. Temos que comparar com as  
276 OSs que já existem, como o Hospital Florianópolis. Na última plenária do Conselho nós levantamos a  
277 bola das OSs e o senhor desconversou. A realidade daquele hospital é de sucateamento,  
278 superfaturamento de compras, rotatividade dos trabalhadores, falta de medicamentos e matérias  
279 básicos, péssimo atendimento para a população, tudo com aumento de custo para os cofres  
280 públicos. Só ganham aqueles que têm interesse direto nas OSs e nos políticos que tem interesse no  
281 financiamento garantido por elas. **CONSELHEIRO DOUGLAS** diz que está contemplado com as falas  
282 dos conselheiros e passa a palavra ao professor Lino Peres. **VEREADOR LINO PERES** que  
283 cumprimenta a todos e se apresenta, em todos seus anos acompanhado o parlamento afirma que  
284 nunca tinha visto “chegar tão baixo”, e superou a questão do “pacotaço” do ano passado, do plano  
285 de salário, da Comcap, e diz que desta vez quer lamentar, pelo Secretário e Presidente do Conselho  
286 por estar indo na contramão de tudo que estava construindo até hoje em termo de democracia  
287 participativa, qualquer programa ou plano tem que passar pelo controle população desde sua  
288 concepção até implantação. O projeto de lei do prefeito erra ao afirmar que possui caráter urgente  
289 urgentíssimo, pois ele é um projeto complementar. Afirma que sim a decisão de implantação da OSs  
290 atinge o orçamento, e tanto o Ministério Público Estadual quanto Ministério do Tribunal de Contas,  
291 vai de encontro com tal afirmação. E coloca que essa medida foi um golpe e um atropelo, pois todos  
292 os conselhos deveriam ser consultados e não foram, lembra ainda que um projeto de lei urgente  
293 demora 45 dias para ser aprovado e assim foi dado o caráter para esse projeto de lei de  
294 urgentíssimo. Mesmo que funcione sua implantação irá causar a existência de dois regimes, o atual e  
295 o das OSs, e propõem trazer as experiências existentes no Rio de Janeiro, além do Hospital  
296 Florianópolis, para debater evidências e realizar um diagnóstico junto às pessoas que estão na ponta,  
297 tanto na saúde quanto na educação. O Ministério Público indicou a retirada do projeto, fazer uma  
298 adaptação da Lei nacional 9637, para depois retonar o projeto de lei, o prefeito fez um cópia “meia  
299 boca” com furos, pois não era totalmente regulamentado pela lei nacional 9637, e não retirou o  
300 projeto e continuou seu processo de aprovação. Ele deveria retirar para fazer um debate sobre a  
301 regulamentação, para depois retomar se fosse o caso, então o prefeito indicou que defendia os  
302 princípios da universalidade e complementaridade, considerando que não haja medidas sobre  
303 proporção da implantação das OSs, essa medida norteada pelo principio da complementaridade  
304 torna-se um risco para o sistema SUS. O vereador diz que esse conselho está na frente ao se tratar de  
305 participação, e merece carinho especial. Afirma que a esperança agora é a justiça, diz que será  
306 votada a redação no Conselho de Justiça, irá para plenária e depois para a sessão previdencial, a  
307 partir daí os vereadores entraram com um processo na justiça. **CONSELHEIRA JANAINA** agradece  
308 pela fala do vereador Lino e João, e fala estar contemplada, diz que esse é um momento histórico.  
309 Diz que se o projeto fosse bom não haveria motivo para debate, diz ainda que o conselho não é

310 contra abrir unidades e UPA Continente, e que alias essa é uma cobrança antiga do mesmo. O preito  
311 possui conhecimento, porém não todo, no conselho está sendo debatido com uma diversidade.  
312 Primeiramente agradece ao secretário sobre a correção dos valores gastos com a propaganda, são 9  
313 milhões e não 10 como havia sido exposto pela conselheira, quem está na gestão pública tem as  
314 informações corretas, diferente dos conselheiros que são trabalhadores e voluntários. A segunda  
315 questão é que o projeto das organizações sociais é inadequado, existem evidencias disso. Se fosse  
316 um projeto bom, porque a gestão estaria relutando em debater sobre? Existe uma falsa contradição  
317 posta pelo prefeito, onde precisa cumprir o que foi prometido, sobre a abertura das Unidades  
318 Básicas., Esse conselho não é contrário a isso, aliás estamos “brigando” cinco anos para que seja  
319 aberta a UPA do continente, nem contra creche para as crianças. Lamenta pela arrogância do  
320 prefeito, ninguém possui conhecimento sobre tudo, na saúde se trabalha com diversos saberes, o  
321 Ministério Público com outros âmbitos do conhecimento, na Câmara de Vereadores outros, não é  
322 possível que todas essas esferas estejam equivocadas. Em nenhum momento, por nenhuma das  
323 instancias, se foi discutido o mérito do projeto, a discussão era sobre o caráter de urgência  
324 urgentíssima, de não se abrir espaço para o debate. Os contrários as OSs poderiam ser vencidos na  
325 opinião pelos apoiadores dessa opinião, existe espaço para a livre manifestação dessas pessoas  
326 também, mesmo não tendo tido contato com nenhum cidadão que defenda esse projeto. Mas há  
327 distorção nas informações , quando se aprova um texto legislativo novo existem diversas  
328 interpretações, mas sobre a complementação do SUS pela iniciativa privada ta sacramentado. O que  
329 se tem no Hospital de Caridade é a complementação do sistema público para o privado, esse PL  
330 propõe empregar espaço público para ser gerenciado por organizações sociais. Entregando a gestão  
331 do serviço com nossos equipamentos, nosso dinheiro, nosso servidores, para um terceiro gerenciar.  
332 Isso não se trata com complementação de serviço, é diferente de quando se contrato um laboratório  
333 para prestar serviço e outros serviços que já são contratados dessa forma. Cita as falas feitas pelos  
334 vereadores, Fabio Braga, Miltinho e Bruno Souza, no sábado na câmara de vereadores que  
335 levantaram essa tese, que iguala as OSs com o sistema de complementação de maneira erronia.  
336 Concluindo sua fala Janaina lê a carta do diretor do Instituto de Cardiologia Dr. Jamil, que foi  
337 encaminhado para Moacir Pereira. Através dessa carta Jamil contesta o estudo feito pelo Tribunal de  
338 contas do estado de SC que coloca as OS’s como uma boa solução para os hospitais do Estado, afirma  
339 que esse estudo não tem apresenta quais os critérios e métodos usados para sua análise.

Anexo único

**Carta Aberta a População**

O Corpo Clínico dos Médicos da Prefeitura Municipal de Florianópolis vem a público expressar seu total e irrestrito apoio à greve dos Servidores Municipais, contra o Projeto de Lei “Creche e Saúde Já”- PL 17.484/2018 e a implantação de Organizações Sociais (OS) para a gestão de Serviços Públicos em nosso município.

Entendemos que este PL apresenta problemas desde a sua concepção, sendo criada uma narrativa muito simplória sobre qual problema estamos enfrentando, quais as soluções possíveis e qual o impacto dessas medidas à longo prazo. Baseado em várias experiências pelo Brasil afora e no entendimento do TCU e Ministério Público, a contratação de serviços nas áreas públicas de saúde e educação por Organizações Sociais "representa graves riscos de que a população não só veja uma piora na qualidade dos serviços como também recursos públicos sejam desviados e desperdiçados".

Não houve um diálogo real do executivo com a gestão técnica dos serviços já implantados, com os servidores, com a população e os Órgãos do Controle Social, indicando falta de controle democrático. Pelo contrário, vemos o poder público buscando formas de repressão do movimento social, buscando criminalizá-lo.

O cenário atual coloca em risco a construção histórica da Saúde do Município que foi reconhecida como a capital com melhor atenção básica do país, tendo mais de 90% das suas equipes de saúde da família avaliadas com acima ou muito acima da média nacional pelo Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ) do Ministério da Saúde, de 2015.

Em nenhuma hipótese queremos gerar prejuízo às pessoas que atendemos diariamente, por isso os serviços essenciais continuarão sendo ofertados através da rede de urgência e canais de comunicação com as equipes, disponíveis para suporte em situação de vulnerabilidade.

Estamos todos em greve até que seja revogado o projeto de lei das Organizações Sociais e o prefeito atenda as reivindicações da categoria da database 2018.

Florianópolis, 24 de abril de 2018